

HORIZONTES ABERTOS EM CAMINHOS DE TRABALHADORES: Sobre localidade, regionalidade e globalização

Carlos Meneses de Sousa Santos¹

GT: 4 – Trabalho e trabalhadores em tempos de globalização: memórias, histórias, vivências.

Resumo:

Venho construindo um caminho de reflexão sobre a movimentação social de trabalhadores, onde busco evidenciar imagens expressas nos sentidos e nas condições de suas presenças em Marechal Cândido Rondon-PR, a partir da segunda metade do século XX. Tendo em vista o caráter pontual da comunicação, as presenças destacadas neste texto visualizam a ação de homens e mulheres que chegam, partem e/ou retornam de países como Paraguai, Japão e Áustria. Percebendo em certos materiais a oportunidade de pensar essas presenças, destaco fichas de assistência social e jornais impressos. Discuto, a partir dos olhares que elaboram uma determinada visibilidade das condutas de trabalhadores, as condições que os instigam a construírem alternativas de mudanças. Aponto relações de poder presentes em aspectos da convivência social marcados pela pressão exercida sobre seus valores e interesses, tais como atividades de trabalho, tratamento médico, ou mesmo em espaços onde foram produzidos os documentos indicados como fontes de pesquisa.

Este texto trata da presença social de trabalhadores em Marechal Cândido Rondon-PR. Suas presenças serão percebidas como a movimentação propositiva de seus interesses e valores. Percepções que – muitas vezes marcadas por olhares que pretendem ajustar e cercear suas ações – formulam a crueza de desigualdades, ao mesmo tempo em que lidam com alternativas estabelecidas em caminhos que buscam uma vida com maiores possibilidades. Nesses termos, as imagens expressas em relações de poder elaboram enquadramentos de uma dinâmica de tensão fortemente interpeladora.

A pretensão diretiva de certos olhares atua com empenho e constância, o que pode ser observado nas práticas de órgãos como o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.² Em fichas de anotações, nas palavras encadeadas por assistentes sociais, aparece, entre as 694 famílias cadastradas no ano de 2010, a família de Susilei, paraguaia de 17 anos, uma entre os seis filhos de Lúcia, também nascida no Paraguai, mas que se encontrava vivendo no Sul do Brasil. Empregando-se como diarista em atividades rurais, Lúcia, o esposo e seus filhos viviam em Marechal Cândido Rondon, fronteira com o país de origem.

O registro do encontro entre as assistentes sociais e a família de Lúcia apresenta a seguinte narrativa, “07/10/2010 – Pela segunda vez na semana veio a Susilei solicitando cesta básica (...) pedimos para que Lúcia viesse nos procurar no CRAS, como havia sido combinado no dia 05/10 (...) foi entregue cesta básica...” (CRAS/Fichas de cadastro e anotação, 2010, p.3).³

O empenho pela identificação e fichamento de pessoas que vivem como a família de Lúcia, estabeleceu a imagem do encontro. A imagem supõe a presteza de um programa de assistência social que promove a “busca ativa” dos que necessitam de amparo por parte do Estado. Contudo, a imagem da proteção é confrontada com a ação de trabalhadores, uma ação que parece negar a passividade dos “assistidos”, onde o protagonismo parece irromper da

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. O trabalho está sendo financiado pela CAPES. E-mail: menesesufu@yahoo.com.br

² O CRAS articula e coordena os programas Bolsa Família, Distribuição de Cesta Básica, Atendimento Integrado à Família, Erradicação do Trabalho Infantil, Serviço Sócio Educativo e os Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social.

³ Esse material foi consultado por Sheille Soares de Freitas no próprio Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Sou extremamente grato à pesquisadora por permitir que pudesse utilizá-lo em meu trabalho.

impertinência e perturbação que suas ações provocam na Equipe do Programa de Atenção Integral à Família, afinal, “pela segunda vez na semana veio... solicitando cesta básica”.

O descumprimento do que fora determinado pelas assistentes sociais, uma vez que a trabalhadora não compareceu ao centro de atendimento, não encerrou a relação, sendo que a insistência de uma das filhas de Lúcia permitiu a conquista da cesta de alimentos, talvez um dos principais interesses despertado no relacionamento com o pessoal da assistência social. Segundo os registros da ficha de assistência, a mãe, o pai e um dos irmãos de Susilei dificilmente eram encontrados em casa, onde a condição de diaristas não lhes permitiam interromper o trabalho sem que houvesse percas nos ganhos de R\$ 30,00 diários. Ao lidar com essa situação os termos dos encontros/desencontros se estenderam por mais de oito meses:

23/02/2011 – Foi realizada visita domiciliar; ela [Lúcia] estava indo trabalhar como boia-fria, confirmamos que está grávida, acredito que seja de quatro meses, não fez acompanhamento de pré-natal (...) encaminhamos para nos procurar no CRAS, para verificar a questão da laqueadura (...) Fomos ao Posto de Saúde para que a equipe do PSF [Programa Saúde da Família] fosse fazer visita.

25/02/2011 – Como não compareceram no CRAS, fomos até a sua residência, Lúcia não estava, apenas os filhos, informaram que hoje a mãe termina a empreitada (...)

28/02/2011 – No período da tarde fomos até a casa e não encontramos. Disse para a agente de saúde que não foi ao CRAS porque não tinha água para tomar banho. Também foi entregue pomada para as feridas das crianças. Informamos para se organizar, porque no dia 02/03/2011 estarão indo para o Paraguai para a regulamentação dos documentos.

21/03/2011 – Lúcia compareceu ao CRAS, trouxe o documento do esposo, atualizou o cadastro do Bolsa Família, solicitou o documento do filho Gilson (...) Recebeu cesta básica e foi encaminhada ao Sistema Municipal de Saúde para tratar da laqueadura.

(...)

[Sem data, provavelmente junho de 2011] – Percebe-se que a mesma [Lúcia] é muito trabalhadora, pois é muito difícil encontrá-la em casa nos dias em que o tempo está bom para o trabalho na lavoura. (CRAS/Fichas de cadastro e anotação, 2010, p.3-4)

O companheiro de Lúcia, de nacionalidade brasileira, era pai de um de seus seis filhos, uma criança com pouco mais de um ano de idade, a única nascida no Brasil. Essa situação permitia a possibilidade da legalização de sua permanência no território brasileiro, caso conseguisse efetivar, institucionalmente, sua união matrimonial. Essa ação, instigava a expectativa pela conquista de benefícios sociais, tais como cesta básica, bolsa família, assistência médica, entre outros. Ainda é necessário considerar que caso conseguissem se manter empregados, o que não dependia exclusivamente de seus esforços, era possível nutrirem a ambição de ganhos mensais que poderiam chegar a aproximadamente R\$ 2.000,00. O que talvez explique, ao menos em parte, as dificuldades em encontrá-la por parte das assistentes sociais, depreendendo de sua ausência a percepção de sua disponibilidade para o trabalho, onde “é muito difícil encontrá-la em casa nos dias em que o tempo está bom para o trabalho na lavoura”.

Essa documentação não permite reconhecer as avaliações que instigaram a trabalhadora a sair do Paraguai com seus cinco filhos. Mas permite evidenciar sua presença em Marechal Cândido Rondon. Permite reconhecer uma condição de vida compartilhada por muitos outros trabalhadores, sejam eles paraguaios ou brasileiros, tal como pode ser observado na própria relação familiar estabelecida por Lúcia, experimentada no encontro entre ela e seu esposo.

No caminho construído por Lúcia, os horizontes irrompidos afirmam uma condição de classe comum aos trabalhadores, qual seja, a necessidade do emprego, as rendas insuficientes em uma sociedade de mercado fortemente monetarizada, a dificuldade com a criação dos filhos, as

limitações enfrentadas no tratamento da saúde. Aspectos de uma condição compartilhada com tantos outros trabalhadores.

Talvez a “busca ativa” no bairro Jardim Higienópolis, onde as assistentes sociais cadastraram 149 famílias – local da cidade que concentra o maior número de abertura de fichas por parte desse órgão –, associe-se às condições e relações vividas por trabalhadores como Lúcia. Assim, não foi por obra de excepcionalidades individualizadas que o Centro de Referência de Assistência Social encontrou essa família, onde a relação registrada na ficha de anotações, apesar de marcada pela tensão e a desigualdade entre os interlocutores, não parece apontar apenas controle, mas também pressões exercidas por esses trabalhadores, atuando na viabilização de atendimentos médicos, regulamentação de documentos, conquista de alimentos, creches e benefícios como Bolsa Família.

Com isso não suponho que esses trabalhadores fiquem à vontade em atestar/demonstrar sua condição de pobreza, que se sintam orgulhosos e contemplados com essa relação; pelo contrário, não visualizo nenhum prazer nessas ações, mesmo naqueles que se empenham nas caracterizações da miséria ou nos supostos elogios e agradecimentos aos dominantes. Lúcia parece deixar claro às assistentes sociais que valora positivamente o fato de viver do seu próprio trabalho, por mais limitado que seja seus ganhos. Parece fazer questão em apresentar ações que não transpareça satisfação com as conquistas. Esforça-se para manter uma imagem respeitável, “Disse para a agente de saúde que não foi ao CRAS porque não tinha água para tomar banho”.

Mas, ao mesmo tempo, sabe que esse pode ser um caminho para a superação de algumas urgências da vida que se leva, por mais humilhante e desagradável que pareça. Assim, o desprendimento moral também aparece como algo respeitável, uma vez que o bem estar dos seus foi destacado como o que de fato é fundamental. Essa me parece uma experiência histórica marcada pela exploração. Mas uma exploração constantemente tensionada nas ações desses sujeitos, onde percorrer cidades/países e pressionar o Estado vem se constituindo enquanto dimensões da movimentação social de trabalhadores, dimensões dos modos como a condição de classe desses sujeitos vem sendo tratada politicamente.

Silva, colocando-se no debate do que qualificou como “experiências transfronteiriças”, discutiu trajetórias de “brasiguaios retornados de migrações no Paraguai”. Tratou da socialização desses sujeitos na cidade de Marechal Cândido Rondon. Supondo marcos temporais definidos, estabeleceu as décadas de 1970 e 1980 como o momento em que brasileiros “se lançaram em massa para o Paraguai”, na expectativa de se tornarem proprietários – “em busca de terra farta e barata”; sendo que considerou os anos seguintes a 1990 como um momento de maior intensidade no retorno desses sujeitos ao território brasileiro. Ao promover várias entrevistas com essas pessoas, pautou o modo como “as narrativas sobre esses percursos revelaram trajetórias que vem se fazendo no ‘estando aqui’ e no ‘estando lá’, negociando e convivendo com valores, identificações e pertencimentos sociais” (SILVA, 2010, p.6).

O trabalho de Silva instiga à compreensão de que “quando os migrantes cruzam a fronteira, nem sempre estão preocupados com os limites nacionais estabelecidos. Para além dele parecem existir outras barreiras enfrentadas” (SILVA, 2010, p.11). Quando se afasta de noções que me parecem bastante confusas, como “entre lugar” e “paisagem híbrida”, a historiadora observa uma intensa dinâmica de ações e avaliações de trabalhadores.

Ao conversar, em janeiro de 2007, com um senhor de nome João Fernandes, morador do Distrito de Carapã, próximo a Puerto Adela, em território paraguaio, identifica motivações de mudanças provavelmente compartilhadas com trabalhadoras como Lúcia, anteriormente mencionada. A entrevista com o pequeno proprietário rural ajuda a entender como pode parecer significativo ganhar aproximadamente R\$ 30,00 em serviços de roça.

... ainda não migrou para o Brasil (...) tem dois alqueires de terra em que planta soja. (...) Atualmente, ele planeja migrar para a cidade, mas “quando sair tem que sair firme”. Enquanto isso, ele vem sondando e comparando as possibilidades de um lado e de outro da fronteira:

A gente trabalha, vai fazendo empreitada. Mas isso é um preço toda vida meio baixo, não compensa. Pra ir trabalhar por dia também não compensa, se comparar com o Brasil que a gente trabalha em real. Aqui o guarani caiu, não tá valendo quase nada. Ó, a diária aí hoje, oito horas por dia, está na faixa de quarenta, trinta e cinco mil [guaranis]. Isso é pra roçar, carpir, qualquer coisa aí... qualquer coisa que vai fazer, a diária é essa. Só que enquanto no Brasil é pago vinte e cinco real, aqui a gente ganha nessa faixa. Veja bem quanto vale contra vinte e cinco real!

Essa é uma avaliação compartilhada por muitos dos entrevistados. A diferença de preço de uma diária entre um lado e outro é substancial. Trinta ou quarenta mil guaranis, quando convertidos em moeda brasileira, não chega ser quinze ou vinte reais. Enquanto que trabalhando no Brasil eles conseguem vinte e cinco reais que se convertido para a moeda paraguaia corresponderia a mais de cinquenta mil guaranis. Para eles, trata-se de uma diferença considerável e tem grande peso na decisão de migrarem (SILVA, 2010, p.55).

Sair do Brasil com a expectativa de ser proprietário de uma área rural no Paraguai, mesmo que de dois alqueires; considerar o retorno ao Brasil ao calcular os ganhos com as diárias como trabalhador rural, tendo na definição cambial a medida da avaliação. Parece-me que é possível dizer que as visões de uma vida melhor se confrontam com a condição de classe. Contudo, isso não parece encerrar as buscas por horizontes mais favoráveis. A análise pode parecer contraditória, o que não significa falta de análise, “quando sair tem que sair firme”. Certamente viveu o suficiente para supor que dificuldades continuarão compondo sua trajetória, o que exige firmeza em suas decisões. Essa historicidade emerge de uma experiência social que não se firma na autonomia de trabalhadores, mas que, ao mesmo tempo, é marcada pela presença que imprimem enquanto sujeitos históricos.

Silva reconhece como atributo comum aos “brasiguaios” com quem conversou a sondagem e a comparação “das possibilidades de um lado e de outro da fronteira”. Essa consideração tem a vantagem de apontar para a compreensão de que trabalhadores avaliam possibilidades para suas vidas, mesmo que estejam pressionados e limitados em suas escolhas, mesmo que os termos avaliados não tenham sido exclusivamente definidos por eles. Entretanto, isso exige reconhecer que não estão sendo meramente conduzidos por forças onipotentes, nem apenas reagindo ao desterro da falta de alternativas. Acredito, no entanto, que essa ponderação exige uma discussão de ações e valores que não se pautem na condescendência classista.

Sobre essa condescendência gostaria de destacar a noção de “redes de solidariedade” construída por Silva ao se referir aos trabalhadores brasileiros egressos do Paraguai. A percepção da presença desses sujeitos na cidade de Marechal Cândido Rondon me parece uma dessas benevolências naturalizadoras:

... Valdecir Zanchetta ... um pedreiro que vive na cidade desde a década de 1990, diz:

O pessoal que vem de lá do Paraguai vem com vontade de trabalhar. Você pegar piação aqui da cidade é tempo perdido. É aqueles que só querem cumprir o horário, chegou seis horas, já querem ir embora. A pessoa que já vem do Paraguai, ela vem pra trabalhar mesmo, não tem preguiça (SILVA, 2010, p.59).

(...)

... as redes de solidariedade de trabalhadores carpinteiros têm se colocado como substancial em seus cotidianos. O jovem Admilson Hartwig é um bom exemplo dessas relações. Ele vive a dois anos na cidade. Atualmente, é casado e tem um filho. Foi ele quem me possibilitou perceber, em uma das visitas feitas ao seu espaço de trabalho, que todos que ali trabalhavam junto a ele, ainda que de regiões diferentes, eram brasileiros vindos do Paraguai.

A partir disso, percebi que havia uma rede de informações constituída por eles. Admilson, quando migrou, procurou por Valdecir e, hoje, juntos, quando são procurados, priorizam contratar serventes também vindos do Paraguai. Não foi difícil mapeá-los: bastou encontrar Admilson para estabelecer contato com outros migrantes(...)

Nesse sentido, quando perguntei a Admilson se era coincidência o fato de todos os seus colegas de serviço terem vindo do Paraguai, ele respondeu: “Isso daí é porque a gente já tem confiança de trabalhar junto. Porque se você vai pegar o pessoal daqui, trabalha um mês ali e eles já te metem na justiça e te ferram. Eles querem direito e coisa”.

Além de constatar a existência de uma rede de ajuda entre esses trabalhadores, é interessante perceber como eles vão conhecendo e lidando com as práticas da cidade (...) No caso de Admilson, o seu trabalho consiste em buscar clientes que desejam construir suas casas a preços “mais acessíveis” do que encontrariam dentro do mercado formal. Para isso, o entrevistado que empreita o serviço também precisa de mão-de-obra barata e, conseqüentemente, precisa de cautela ao contratar auxiliares desconhecidos que possam vir a reivindicar seus direitos trabalhistas (SILVA, 2010, p.63-64).

Apesar de ter indicado algumas preocupações na utilização do termo “brasiguaião”, apontando seu distanciamento em relação a sentidos que sugerissem uma “identidade grupal e coesa, bem como uma trajetória comum a todos aqueles que transitam em diferentes temporalidades” (SILVA, 2010, p.21), parece-me que diferenças e desigualdades entre “os brasiguaios” foram aplainadas no momento em que decidi “constatar a existência de uma rede de ajuda entre esses trabalhadores”. Não consigo perceber “redes de solidariedades” nas enunciações dos empregadores apresentados por Silva. A relação entre “brasiguaios” não desfaz a relação entre patrão e empregado. As pessoas contratadas por Valdecir e Admilson são priorizadas por trabalharem mais, recebendo proporcionalmente menos; ao que me consta essas são motivações bem pouco solidárias. Não há motivos que me constanja a chamar essa relação de exploração.

Por certo que mesmo esses empregos, apesar das condições declaradas pelos próprios padrões, podem ser desejados por trabalhadores vindos do Paraguai. Sabemos como diárias, por vezes consideradas de baixo valor por muitos trabalhadores brasileiros, podem parecer significativas a trabalhadores paraguaios ou “brasiguaios”. Contudo, isso me parece diferente de se sentirem “colegas” de seus padrões.

Não ter preguiça para trabalhar, sendo percebido como trabalhador dedicado, pode ser algo sobre aquilo de que “quando sair tem que sair firme”. Enfrentar essas condições exige disposição em trabalhar mais e – quase sempre – receber menos que outros trabalhadores que fixaram certos limites nas relações de poder mantidas no país de destino. No caso de trabalhadores paraguaios que procuram o Brasil, talvez haja o reconhecimento distintivo de certas possibilidades não encontradas em seu país de origem, tais como um mercado de trabalho mais variado, uma moeda menos desvalorizada, além de atendimento médico gratuito, distribuição de cestas de alimentos, auxílios como Bolsa Família, entre outras conquistas estabelecidas por trabalhadores brasileiros.

Essa disposição, contudo, não estabelece uma presença harmônica desses trabalhadores em território brasileiro. Sobre certa percepção declaradamente contrária à movimentação de trabalhadores brasileiros que moram no Paraguai, os quais utilizam o serviço público de saúde brasileiro, veja a posição expressa, em meados da década de 1990, no Jornal O Presente:

No final-de-semana passado, em 24 horas, o pronto-socorro de Marechal Rondon atendeu a 102 pacientes. A média mensal aproxima-se de 2.000 atendimentos.

Todos os municípios da região, convivem com um sério problema na área da saúde: “os brasiguaios”. Como no Paraguai não há atendimento nesta área, eles

buscam o Brasil. Aqui, porém, não aparecem nas estatísticas do IBGE, usadas para a distribuição das AIHs [Autorizações de Internações Hospitalares]. Quer dizer: acabam tirando o lugar de pacientes brasileiros, ou então, oneram as prefeituras da região lindeira ao lago internacional [Reservatório Hidrelétrico da Itaipu Binacional] (O PRESENTE, 26.08.1994, p.7).

A imagem, formulada em uma coluna nomeada como “Tô de olho”, apresenta a movimentação desses trabalhadores como “um sério problema”. Acusa a presença que imprimem na cidade como responsável pelas dificuldades no atendimento público de saúde, sugerindo a compreensão de que essas pessoas “acabam tirando o lugar de pacientes brasileiros”. Por certo que essa elaboração serve como contestação das constantes acusações feitas por trabalhadores que utilizam o serviço público de saúde, os quais afirmam a insuficiência do atendimento oferecido. Desse modo, o jornal supõe que caso esses trabalhadores não utilizassem o serviço, destinado aos trabalhadores brasileiros, a situação não seria a constatada. Nesse sentido, a atuação jornalística busca amenizar as queixas contra a ação/omissão do governo municipal.

Sobre essa postura, torna-se interessante observar a emergência de certa noção de “região”, qualificada como lindeira, onde se define os limites propostos por meio de características físicas, apontando a situação limítrofe com a represa pertencente à Hidrelétrica da Itaipu Binacional – fronteira Brasil e Paraguai – como algo naturalmente óbvio. Desse modo, o jornal, sediado em Marechal Cândido Rondon, busca associar os interesses das administrações municipais localizadas às margens do lago internacional, registrando a movimentação de trabalhadores que atravessam o lago em busca do serviço público de saúde como “problemática”; devendo, portanto, ser enfrentada. Assim, vincula a insuficiência do serviço público de saúde a algo externo às ações do Governo Municipal, apontando o “problema” como regional.

Nesse caso, parece-me que o argumento da regionalidade se constitui como a contenção de interesses propostos nas ações de trabalhadores que lidam com uma condição de classe que os priva da possibilidade do atendimento médico. Suas práticas estão sendo contestadas pela suposta defesa dos trabalhadores que vivem na “região lindeira”. Quanta preocupação com os trabalhadores da região lindeira!

Vendo tamanha dedicação, não pude deixar de continuar folheando as páginas de um jornal que elaborou tão fortemente a causa dos trabalhadores da “região”, que sua própria ação definiu como tal, ao mesmo tempo em que se autoneomeou representante da área delimitada. Contudo, deparei-me com uma aparente quebra de compromisso, conforme pode ser observado em matéria produzida em menos de dois anos após a publicação do registro anteriormente mencionado.

Para melhorar o atendimento a rondonenses, centro de saúde 24 horas vai deixar de atender pacientes de municípios vizinhos (...)

“Nossa intenção é privilegiar a população rondonense, por isso, vamos concentrar o atendimento a quem é morador de Marechal Cândido Rondon”. A explicação é de Ivã Morozov, da secretaria municipal de Saúde, ao explicar as razões que fizeram com que, a partir de (...) amanhã (...) sejam atendidos somente os rondonenses no centro de saúde 24 horas.

Segundo Ivã, atualmente, muitas pessoas de outros municípios da microrregião buscam atendimento no centro de saúde, fazendo com que os moradores rondonenses tenham um atendimento inferiorizado e, “muitas vezes, ficam sem remédios, que foram utilizados por pacientes de outros municípios”.

Morozov, acentua que o centro de saúde somente fará o atendimento de urgência/emergência a pessoas de fora do município e, mesmo assim, repassará apenas os remédios extremamente necessários. “Quando as pessoas precisarem de atendimento médico público, têm que procurar a estrutura das próprias prefeituras, nos municípios de origem. Se continuarmos atendendo a todos os

que buscam o centro de saúde 24 horas, oneramos muito as despesas com a saúde e não podemos prestar o atendimento que queremos aos nossos municípios”, explica Ivã.

Comprovante

Para que a pessoa seja atendida, a partir de amanhã (...) no centro de saúde 24 horas, precisa apresentar um documento de identificação e um comprovante de residência, como talão de água, de luz, de telefone, ou então, o título eleitoral, que vai comprovar que ele é rondonense (O PRESENTE, 15.11.1996, p.36).

Nesse momento a escala foi reduzida, desloca-se da noção de “região”, seja ela anunciada como lindeira ou microrregião, para se enfatizar o compromisso com o “rondonense”, “o atendimento... aos nossos municípios”. A justificativa novamente propõe melhorar o serviço médico oferecido pelo setor público, uma vez que irá defender as vagas e os remédios dos trabalhadores que conseguirem “comprovar que... é rondonense”. A mudança é para amanhã, “centro de saúde 24 horas vai deixar de atender pacientes de municípios vizinhos”. O anúncio é claro, “Quando as pessoas [leia-se trabalhadores] precisarem de atendimento médico público, têm que procurar a estrutura das próprias prefeituras, nos municípios de origem”. Até parece que a questão se refere a confusões de endereço.

Ao que me consta, trata-se de mais uma evidência sobre a condição de classe compartilhada por trabalhadores, sejam eles paraguaios, brasiguaios, brasileiros, da região lindeira ou da microrregião oeste do Paraná. Essas qualificações, a despeito do pretense compromisso administrativo, são retóricas formuladas por olhares de classe, os quais enquadram delimitações cada vez mais sufocantes aos trabalhadores. Claro que esses entenderam logo o recado, sendo que muitos trataram de providenciar, o mais rápido possível, talões de água, luz e telefone que atestassem sua mais pura condição de rondonenses.

Sobre os sentidos expressos nessas noções de “região” e “localidade”, instigam-me algumas ponderações apontadas por Corrêa. O geógrafo, ao pautar uma discussão sobre a noção de região, chamou a atenção para a necessidade em qualificar melhor o que apontou como conceito-chave para os geógrafos. Nesse sentido, argumentou que:

Admitimos, em realidade, que os diversos conceitos de região que os geógrafos desenvolveram constituem respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observam o mundo real já complexamente fragmentado e articulado. Com a globalização este processo de exercer muitos olhares sobre o espaço do homem foi acentuado. Pois a realidade assim o permite como, mais timidamente, já permitia no final do século XIX e início do século XX (CORRÊA, 1997, p.191).

Por certo que Corrêa tinha em mente que não apenas os geógrafos exerciam “muitos olhares sobre o espaço do homem”, sendo que a academia não se constituía no único berço de onde nasciam os conceitos de região. Contudo, suas preocupações parecem focadas no entendimento de que a “diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como sociais é razão de ser da própria geografia como um saber dotado de uma relativa autonomia” (CORRÊA, 1997, p.191). Essa proposição, eminentemente acadêmica, suscitou um debate acentuado no interior desse campo de produção do conhecimento. Mas, mais do que isso, provoca-me a pensar sobre como essas noções de região, tais como os sentidos apresentados no jornal O Presente, elaboram “respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram... o mundo”.

Corrêa, institucionalmente vinculado ao Departamento de Geografia do IBGE por mais de três décadas, sustentou reflexões contundentes a respeito da organização regional do espaço brasileiro. Entre elas, posicionou-se com a seguinte compreensão:

... a diferenciação de áreas não está, no nosso entender, associada à noção de unicidade... Não se associa à ideia de singularidade que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, mas sim à ideia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal) (CORRÊA, 1997, p.192).

Encontro muitas dificuldades em lidar com definições que estruturalmente apresentam uma noção de globalização como fato prontamente estabelecido, sendo capaz inclusive de apontá-la como dinamizadora de um processo que parece não afetá-la – e me parece ser essa a conduta de Corrêa. Contudo, suas considerações também sugerem a dinâmica histórica de definições e redefinições de áreas, mesmo que essa movimentação de posições aconteça em um cenário que guarde uma dimensão à parte, pré-fixada – chamada, no caso, de globalização. No entanto, o mais instigante é perceber a contestação da unicidade e da singularidade na definição de áreas, questionando a própria generalização homogeneizante de quem fala em nome da região ou do lugar comum atribuído a “todos os habitantes”, indistintamente de suas condições de classes.

Acredito que Corrêa pensava em particularidades geográficas bem mais fixas do que a que estou sugerindo. Pois que as mediações operadas na historicidade de posicionamentos ancorados em interesses classistas podem ser muito dinâmicas, tal como o comprometimento demonstrado pelo Governo Municipal de Marechal Cândido Rondon-PR e pelo jornal O Presente ao se apresentarem como conterrâneos dos trabalhadores da “região lindeira”, quando propuseram fixar limites às expectativas de trabalhadores paraguaios ou brasiguaios que buscavam o território brasileiro para o tratamento médico gratuito; ou ainda, quando, em menos de dois anos, cancelaram – ao menos nos propósitos do atendimento público de saúde – o compromisso com os trabalhadores da “microrregião oeste do Paraná”, afirmando que tal postura vinha em defesa dos interesses dos “rondonenses”, da localidade de Marechal Cândido Rondon.

Claro que se as pautas forem diferentes outras definições de interesses regionais e/ou locais podem ser propostas. Mas serem propostas a partir de pretensões unificadoras e singularizantes não implica em nenhuma aceitação mecânica dessas áreas e interesses por parte dos trabalhadores. Desse modo gostaria de recolar uma questão formulada por Corrêa quando reconheceu no território brasileiro um “notável laboratório para os estudos regionais”, “onde os processos sociais têm sistematicamente se realizado de modo espaço-temporalmente diferenciado, onde a criação, o desfazer e a recriação de regiões se processam com enorme rapidez, não se verificando uma estabilidade regional longamente enraizada” (CORRÊA, 1997, p.194). O geógrafo indagou sobre, “que agentes estão produzindo novos recortes espaciais que são, pouco a pouco, reconhecidos pelos seus habitantes, muitos dos quais recém-chegados?” (CORRÊA, 1997, p.194).

Da minha parte, interesse-me menos pela conformação do território proposto por certos agentes sociais, como que se aos demais coubessem o papel histórico de se adaptarem constantemente às reformulações empreendidas por agentes dominantes; interesse-me, fundamentalmente, pela constituição conflituosa e tensa de determinadas áreas de interesses que não encontram um mero roteiro de realização de projetos de modernização, não reconhecendo assim a naturalização de genealogias que indicam progressivos avanços de arranjos e rearranjos da produção capitalista.

Quando uma indústria de biscoitos erguia 8.032 m² de estrutura física na cidade de Marechal Cândido Rondon, em 1998, o industrial anunciava orgulhoso seu suposto compromisso em fornecer empregos exclusivamente aos trabalhadores da cidade, “todos operários que atuam na obra são rondonenses, pré-selecionados através de entrevista e demais documentos que comprovam que são moradores em Marechal Cândido Rondon já há algum tempo” (O PRESENTE, 24.04.1998, p.28).

No entanto, menos de dois anos depois, em plena atividade de produção, era interpelado por um dos vereadores da Câmara Municipal sobre quantos funcionários de fato eram

rondonenses. A discussão registrada no jornal O Presente trouxe a justificativa do industrial que já não parecia tão convicto com o compromisso assumido quando pleiteava dinheiro público para a construção do empreendimento privado:

No ofício enviado à câmara de vereadores o empresário destaca o desafio da empresa em adentrar no mercado de biscoitos atuando com funcionários despreparados tecnicamente e desmotivados (...)

Atualmente (...) possui 160 funcionários rondonenses e apenas 6 que vieram de outros municípios, sendo que estes são pessoas de áreas específicas, com formação e experiência no trabalho que desempenham. O ofício enviado à câmara (...) conclui dizendo: “Contratamos pessoas que residem no município há mais de dois anos, sendo que tal requisito não está registrado em nenhum documento legal, mas partiu única e exclusivamente da diretoria e do seu compromisso com o povo rondonense” (O PRESENTE, 24.09.1999, p.17).

Os trabalhadores da indústria pareciam não retribuírem com grande motivação todo o empenho destinado a lhes oferecer emprego – ou pelo menos parece ser essa a percepção do patrão. O empresário parecia contar com um agradecimento mais contundente por parte de seus funcionários, haja vista todo seu “compromisso com o povo rondonense”, com o projeto de desenvolvimento industrial local. Ao invés disso, destaca um estado de ânimo dos trabalhadores que soa quase como ingratidão.

Talvez reconhecesse, naquele momento, algo sugerido por Marilena Chaui já na década de 1980, onde, segundo suas considerações, “há clara diferença entre ‘ter que trabalhar para outros’ e desejar ‘servir o patrão’” (CHAUI, 1989, p.58). Assim, a avaliação do empresário parece deixar em aberto sua “firmeza moral”, uma vez que a contratação exclusivamente de trabalhadores da cidade não compunha nenhuma cláusula contratual que deveria obrigatoriamente cumprir.

Contudo, sua posição ainda não era radicalmente revisionista, preferindo eleger o despreparo técnico dos trabalhadores como causa das dificuldades enfrentadas, as quais poderiam comprometer sua competitividade no mercado de biscoitos. Em outros termos, parecia preocupado com os custos e a dinâmica de produção, os quais julgava ser necessário que fossem mais enxutos e rígidos, mesmo que já apresentassem uma condição de trabalho que – conforme sugerido pelo próprio industrial – não vinha entusiasmando grande parte dos trabalhadores.

Já um frigorífico de aves, também emerso do projeto de desenvolvimento industrial local, não demorou muito para rever seu compromisso com os “trabalhadores rondonenses”, se bem que nesse caso é mais difícil definir se foram os empresários cooperativistas – gestores da indústria – ou os próprios trabalhadores que descumpriram o “compromisso” de “juntos trabalharem para o desenvolvimento local”.

A partir de uma parceria firmada entre a Prefeitura de Mercedes e o Frigorífico de Aves (...) ficou acertada a contratação de moradores no município para trabalhar na unidade avícola de Marechal Cândido Rondon.

Pela parceria, a administração municipal arcará com as despesas de locomoção (ônibus), além das inscrições, até amanhã, dos interessados em trabalhar na área de produção do frigorífico.

Para se inscrever os candidatos devem comparecer munidos de todos os documentos pessoais e se dirigir ao Banco Social, onde (...) [receberão] as instruções para o preenchimento da ficha de inscrição ao cargo de auxiliar de produção.

Vagas

De acordo com o prefeito (...) para esta primeira etapa serão disponibilizadas 40 a 45 vagas, sendo que a seleção será feita a partir da semana que vem, pela própria [cooperativa], sendo a contratação imediata. “Para nós da administração municipal esta parceria é muito importante, pois, dadas as nossas dificuldades

de investimentos na geração de empregos nesse momento no nosso município, garante empregabilidade a muitas famílias que estão esperando esta oportunidade. Vemos que a [cooperativa], ao longo de sua existência, cresceu e vem se consolidando de forma sólida, contribuindo para o progresso e o bem-estar social e econômico da região Oeste, beneficiando agora, diretamente, com empregos nossos munícipes”, destacou (O PRESENTE, 06.10.2005).

A unidade industrial de abate de aves, com compromissos de exportar grande parte de sua produção, não demorou um ano para alargar o espaço de atuação na busca por trabalhadores. O título da matéria exibida no jornal O Presente, de outubro de 2005, sugere o anúncio de vagas como uma concessão aparentemente inusitada, “Moradores de Mercedes podem trabalhar no Frigorífico...”. A cidade em questão está situada a 20 km de distância de Marechal Cândido Rondon, um percurso com duração estimada em 30 minutos. A “parceria” entre o Governo Municipal de Mercedes e o Frigorífico de Aves redefine a área do projeto de “desenvolvimento regional”, a qual reajusta os investimentos de empresários da cidade diante do mercado mundial de exportação de alimentos. Agora, em uma escala novamente ampliada, reaparece um território delimitado pelo “progresso e o bem-estar social e econômico da região Oeste”.

Os termos da parceria parecem bastante satisfatórios aos industriais, uma vez que não haveria acréscimos aos custos da produção – haja vista que os gastos com o deslocamento dos trabalhadores seriam mantidos com dinheiro público. Talvez ainda esperassem encontrar nos trabalhadores de Mercedes um estado de ânimo mais propulsor para as atividades de produção. Talvez acreditassem em uma gratidão maior do que a observada nas ações dos “rondonenses” que não vinham atendendo o chamado para ocupar posições nas esteiras de abate. Sobre a confirmação ou negativa dessa expectativa patronal, exige-se uma investigação maior que as pretensões fixadas para este trabalho. No entanto, é possível avaliar algumas das percepções de “trabalhadores rondonenses” que não confirmaram sua colaboração nesses empreendimentos da indústria local.

Em reportagem de dezembro de 2004, o jornal O Presente pautou trajetórias de trabalhadores enquadradas com o título de “rondonenses buscam melhorar de vida fora do país” (O PRESENTE, 12.12.2004, p.07). Nessa reportagem, uma das trajetórias apresentadas foi a de Eduardo, destacando que o jovem, de 23 anos, “vai pela quarta vez ao Japão para trabalhar”. O registro feito sobre a avaliação construída pelo próprio trabalhador permite perceber porque decidiu buscar esse caminho:

[Eduardo] já foi para o Oriente por três vezes, para trabalhar, e pretende ir novamente (...) “A primeira vez que fui foi em 1997 e fiquei apenas por um ano. Durante este período fiquei estudando o idioma japonês e trabalhando. A segunda vez, em 2000, fiquei apenas trabalhando numa empresa de peças automotivas. A última viagem foi no ano passado, quando fiquei até o final do ano, e novamente trabalhei numa empresa automotiva”, conta.

(...)

“Em nossa região somente as pessoas que são apadrinhadas conseguem emprego. Eu já deixei currículo na cidade inteira e não consigo arrumar um serviço, apesar de ter boas referências. O Japão propicia um crescimento financeiro muito rápido, o que possibilita que os sonhos possam ser realizados”, desabafa.

Conforme o rondonense, se for para trabalhar com serviço braçal, então é melhor trabalhar no Japão. “Um homem no Japão ganha um salário de 1.035 ienes por hora, sendo que 105 ienes correspondem a um dólar. No caso da mulher, ela recebe 1.000 ienes por hora, mas seu serviço é mais leve”, informa (O PRESENTE, 12.12.2004, p.07).

A presença inconstante de Eduardo na cidade de Marechal Cândido Rondon é marcada pelo entendimento de que as possibilidades de emprego não atendem suas expectativas enquanto

trabalhador. Não é que apenas não consiga “arrumar um serviço” – deixando-o sem nenhuma alternativa –, é que “se for para trabalhar com serviço braçal [ocupação que povoa o horizonte de suas possibilidades], então é melhor trabalhar no Japão”. A “nossa região” não contempla suas expectativas sobre como deve ser e quanto deve render seu trabalho. No contraste com a definição que promove da sociedade japonesa, parece aproveitar o contato com o jornal para afirmar que “nossa região” não propicia crescimento financeiro aos trabalhadores, o que em uma sociedade de mercado impossibilita a realização de muitos dos seus sonhos.

Esse material não permite dimensionar quais sonhos espera realizar trabalhando no Japão, mas deixa evidente o entendimento de que não realiza uma das atividades mais desejadas por trabalhadores, sejam eles brasileiros ou japoneses. O próprio Eduardo qualifica o emprego industrial como um serviço braçal, termo altamente pejorativo na valoração elaborada entre os trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, destaca a distinção entre os rendimentos conseguidos ao realizar serviços semelhantes em territórios distintos. E o fundamental, ressentido em não ter conseguido “arrumar um serviço” que não fosse classificado como braçal, situação que talvez o tivesse feito reconsiderar as temporadas no Japão. Ele supõe, contudo, que essa possibilidade não é para todos, muito dificilmente para os trabalhadores mais empobrecidos.

Em reportagem de fevereiro de 2006, um trabalhador de 40 anos, que havia saído de Marechal Cândido Rondon “para trabalhar na Áustria com o objetivo de guardar dinheiro e oferecer melhores condições para a família”, teve seu retorno registrado pelo jornal O Presente. Ao tratar de uma suposta delação feita por outro trabalhador, também nascido em Marechal Cândido Rondon, o qual teria denunciado conterrâneos que se encontravam ilegalmente no país europeu, a presença do trabalhador, recém chegado da Áustria, foi destacada como uma espécie de posição testemunhal.

Para além da polêmica sobre possíveis deportações – questão que tornava pertinente a apresentação do trabalhador por parte do jornal – a narrativa sobre a vida desses trabalhadores na Áustria procurou destacar curiosidades de experiências frustradas. Mas a presença do trabalhador permite constatar uma narrativa significativamente mais ampliada:

E. A. afirma que na Áustria (...) se paga bem aos brasileiros que trabalham, geralmente, na linha de produção em indústrias, ou em serviços de limpeza, como faxineiros, camareiras (...) “Apesar de os austríacos nos tratarem muito bem, existe discriminação no sentido de que lá um brasileiro com formação superior (...) não tem chance de alcançar um cargo privilegiado. Os brasileiros fazem serviços que eles preferem pagar para que seja feito”, afirma, acrescentando ainda que os austríacos, em geral, gostam dos brasileiros e os consideram muito trabalhadores. “Por isso acredito que jamais iriam delatá-los”, opina.

Conforme o rondonense, para as atividades citadas por ele é pago, em média, pelo menos 1 mil euros, o equivalente a R\$ 2,6 mil. “Para eles isto é pouco, uma vez que o padrão de vida é alto. O salário-mínimo deles é de 980 euros”, compara.

Enquanto trabalhou, ele diz que foi registrado e ganhava hora extra, adicional noturno, remuneração por insalubridade, e tinha direito a 13º e 14º salário, além de férias. “Lá é tudo certo as coisas funcionam muito bem”, diz.

Durante os seis meses que morou na Áustria, E. A. não comeu carne vermelha, devido ao alto preço deste produto. “Só comia frango de vez em quando. Lá tudo é muito caro, desde o aluguel até os produtos no mercado e como o objetivo era ganhar dinheiro, precisava economizar”, salienta.

A distância da família é outro fator de dificuldade para os brasileiros. “Sentimos muita solidão e saudades e usamos o telefone ou a internet para matar saudades, mas mesmo assim muitos não aguentam”, diz.

Viver ilegalmente em outro país, de acordo com o rondonense, pode ser tranquilo. “Se a pessoa trabalha e não se envolve em acidente de trânsito, em briga, roubo ou coisa assim, não há problema (...)

(...)

O trabalhador diz que conheceu suecos e turcos, os quais ficavam impressionados (...) “... com o porquê de os brasileiros, morando num país tão grande e rico, terem que ir para o exterior se submeter a serviços braçais”, relata (O PRESENTE, 16.02.2006, p.7).

As questões parecem ecoar em caminhos marcados pela exploração; de outro modo, “porquê de os brasileiros, morando num país tão grande e rico, terem que ir para o exterior se submeterem a serviços braçais”? O que temos a responder para suecos e turcos, mas principalmente para nós mesmos? O que falar dos trabalhadores paraguaios que procuram o território brasileiro?

Parecem esperar que formulemos uma síntese extremamente conformista, algo como “Lá é tudo certo, as coisas funcionam muito bem”, desde que não comam carne, não provoquem nenhuma confusão, conformem-se em não terem acesso ao atendimento médico e aceitem receber um salário relativamente baixo; e o fundamental, mostrem-se trabalhadores extremamente dedicados. Mas, mesmo considerando os ganhos financeiros como significativos, o que devemos fazer com os sonhos, a solidão e a saudade? Como lidar com os preconceitos e as humilhações sofridas?

Procurei indicar como trabalhadores são percebidos ao reconhecerem e enfrentarem essas questões. Busquei evidenciar como o pragmatismo de suas presenças indicam ações que pautam, na ordem do dia, a “dureza do cotidiano” (SCOTT, 2002). Acredito que seja extremamente relevante reconhecermos e dialogarmos com as presenças e as movimentações sociais desses sujeitos. Talvez encontremos aí os termos de uma relação pouco conformista, apesar de não apresentar as “resistências/lutas” que certas percepções parecem exigir como credenciais da atuação histórica.

Referências

- CENTRO de saúde vai limitar o atendimento a rondonenses. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 15 de novembro de 1996, p.36.
- CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 4º ed., 1989.
- CRAS [**Ficha de cadastro e anotação**]. Lúcia/Cadastro no Centro de Referência de Assistência Social. Marechal Cândido Rondon, 05.10.2010, Pasta 2 – Bairro Higienópolis.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Região. In: **Trajétoérias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.183-210.
- FAVILLE já está gerando 50 empregos em Marechal Rondon. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 24 de abril de 1998, p.28.
- FAVILLE responde questionamento da câmara de vereadores. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 24 de setembro de 1999, p.17.
- MORADORES de Mercedes podem trabalhar no Frigorífico Copagril. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 06 de outubro de 2005, p.10.
- RONDONENSE acusa conterrâneo de denúncia. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 16 de fevereiro de 2006, p.7.
- RONDONENSES buscam melhorar de vida fora do país. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 12 de dezembro de 2004, p.7.
- SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**. Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002, p.10-31.
- SILVA, Danusa de Lourdes G. **“Um pé aqui e outro lá”**: experiências transfronteiriças e viveres urbanos de brasiguaios (Marechal Cândido Rondon/PR – 1990-2010). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 2010.
- TÔ de olho. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 26 de agosto de 1994, p.7.